



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF NÉLIO GUILHERME COSTA HUANCHICAY DILON

FUNÇÃO COMBATE INTELIGÊNCIA:
A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE INTELIGÊNCIA
OSPF JUNTO ÀS OM DA 4ª BDA C MEC EM AMBIENTE SISFRON

Rio de Janeiro

2020



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF NÉLIO GUILHERME COSTA HUANCHICAY DILON

FUNÇÃO COMBATE INTELIGÊNCIA:
A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE INTELIGÊNCIA
OSPF JUNTO ÀS OM DA 4ª BDA C MEC EM AMBIENTE SISFRON

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Gestão Operacional.

Rio de Janeiro

2020



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMil
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **Cap Inf Nélio Guilherme Costa Huanchicay Dilon**

Título: **A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE INTELIGÊNCIA
OSPF JUNTO ÀS OM DA 4ª BDA C MEC EM AMBIENTE SISFRON**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional, pós-graduação universitária *lato sensu*.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ **CONCEITO:** _____

BANCA EXAMINADORA

Membro

Menção Atribuída

ARONES LIMA DA ROSA – Ten Cel
Cmt Curso e Presidente da Comissão

CARLOS MAGNO SIQUEIRA CARVALHO - Maj
1º Membro

THIAGO BRITTO DE ALBUQUERQUE- Cap
2º Membro e Orientador

NÉLIO GUILHERME COSTA HUANCHICAY DILON – Cap
Aluno

FUNÇÃO COMBATE INTELIGÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE INTELIGÊNCIA OSPF JUNTO ÀS OM DA 4ª BDA C MEC EM AMBIENTE SISFRON

Nélio Guilherme Costa Huanchicay Dillon*
Carlos Magno Siqueira Carvalho**

RESUMO

Um dos principais projetos estratégicos do Exército, o SISTEMA DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS – SISFRON, atualmente é um dos maiores projetos de segurança de fronteiras do mundo, cuja finalidade é aumentar a capacidade de atuação e fiscalização do Estado brasileiro nas fronteiras. Este artigo tem o objetivo de mostrar o projeto SISFRON e a importância da integração das Agências de Inteligência que atuam na área de responsabilidade da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada – 4ª Bda C Mec. Para esse fim, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, com base em manuais do Exército Brasileiro, publicações e artigos científicos. Também foi realizado um estudo exploratório sobre a percepção dos profissionais de inteligência acerca do tema, através de um questionário. Os dados coletados e discussões empreendidas serviram para esclarecer a importância da integração e compartilhamento de informações, bem como o reconhecimento do papel estratégico que a Função de Combate Inteligência pode desempenhar para favorecer maior integração e melhor funcionamento do SISFRON.

Palavras-chave: Inteligência. SISFRON. Interagências. Integração.

ABSTRACT

One of the main strategic Army's projects, the BORDER MONITORING SYSTEM – SISFRON, is currently one of the largest borders security projects in the world, its purpose is to increase the Brazilian's State capacity on acting at the borders. This article aims on showing the SISFRON project and the importance of integrating the Intelligence agencies which operate in the 4th Mechanized Cavalry Brigade- 4th Bda C Mec responsibility area. For this purpose, bibliographic and documentary based on Brazilian Army manuals research, in publications and scientific articles was carried out. Through a questionnaire an exploratory study was also managed, about the perception of intelligence professionals around the theme. The data collected and discussions produced served to clarify the bearing of integration and information sharing, over and above the acceptance of the strategic role that Combat Intelligence Function can perform on improving the integration and a better functioning of SISFRON.

Keywords: Intelligence. SISFRON. Interagency. Integration.

* Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2010.

** Major da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela AMAN em 2006. Pós-Graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) em 2015.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, país de dimensões continentais, compreende 15.735 quilômetros de divisa terrestre com nove países sul-americanos, mais o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa. A vasta extensão fronteiriça, atrelada à longitude dos grandes centros econômicos e de poder, a carência de infraestrutura e a dificuldade de fiscalização, são fatores que facilitam a ocorrência de ilícitos transfronteiriços e corroboram para as fronteiras brasileiras se tornarem uma prioridade no setor de Segurança Pública e Defesa.

Nesse cenário, é imperativo o País adotar uma postura que possibilite o aumento de sua atuação efetiva nessa área prioritária, inclusive através da promoção de capacidades de seus agentes legais. Desse modo, a fim de elevar sua capacidade operacional¹, o Estado brasileiro tem buscado ampliar e promover programas de cunho nacional e permanentes, favorecendo o desenvolvimento da capacitação técnica da Base Industrial de Defesa², englobando procedimentos de transferência de tecnologia e capacitação de recursos humanos nacionais especializados, provendo meios aptos a vigiar, monitorar e atuar na fronteira terrestre em melhores condições.

Uma das ações em desenvolvimento é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), que está em processo de término de implantação e validação na área de atuação da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, sediada em Dourados-MS e subordinada ao Comando Militar do Oeste, situado em Campo Grande-MS. Seu objetivo é aumentar e fortalecer, na faixa de fronteira, a presença e fiscalização do Estado brasileiro, através de sistemas de sensoriamento, apoios à decisão e à atuação integrada junto aos diversos órgãos de segurança pública e de fiscalização OSPF.

O SISFRON foi concebido como um Sistema de Comando e Controle (C²), no intuito de aumentar a vigilância e atuação dos Órgãos de vigilância e fiscalização em toda a faixa de fronteira terrestre. Conforme assevera o Escritório de Projetos do

¹ Entenda-se capacidade operacional como equivalente a “capability”, termo definido por Furcolin *et al.* (2013, p. 3) como “capacidade de alcançar os efeitos desejados, sob padrões e condições específicos, pela combinação de recursos e maneiras de executar conjuntos de tarefas”.

² Segundo Portaria Normativa Nº 899/MD, de 19 de julho de 2005 (BRASIL, 2005), é denominada Base Industrial de Defesa (BID) o conjunto das empresas estatais e privadas, bem como as organizações civis e militares, que participem de uma ou mais das etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de Produtos de Defesa (PRODE).

Exército (BRASIL, 2020), ao SISFRON compete, além de incrementar a capacidade de monitoramento das áreas de fronteira, assegurar o fluxo contínuo e seguro de dados entre diversos escalões da Força Terrestre, como pode ser visualizado na Figura 1 abaixo.

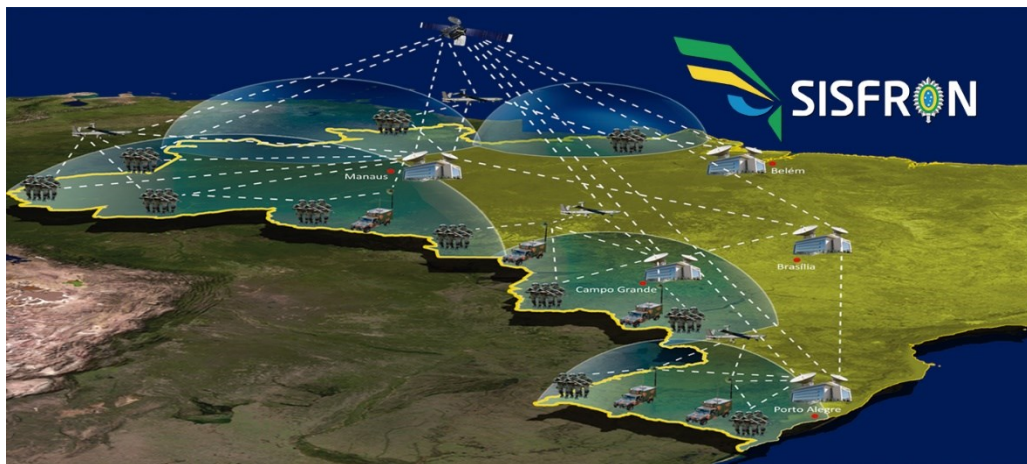


Figura 1 O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON
Fonte: Imagem disponível em <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron>

Destacam-se, sob a sua competência, a produção de informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como o apoio com prontidão a ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços e ambientais, em cumprimento aos dispositivos constitucionais e legais que regem o assunto. As operações desencadeadas podem se dar de forma isolada ou em conjunto com as outras Forças Armadas, e ainda em ambiente interagências, com outros órgãos governamentais.

Nesse sentido, o SISFRON também atende às orientações estratégicas do Plano Estratégico de Fronteiras, estabelecido pelo Governo Federal em 2011 e atualizado pelo Programa de Proteção Integrada de Fronteiras – PPIF, instituído pelo Decreto N° 8.903, de 16 de novembro de 2016. Tal programa destacou a importância das ações de prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão dos delitos transnacionais e ambientais na faixa de fronteira, sendo sua diretriz principal a atuação integrada dos órgãos de segurança pública, das Forças Armadas, Vigilância Sanitária e da Receita Federal, além de outras agências federais, estaduais e municipais. O SISFRON, desde a sua concepção, está alinhado com esse Programa, particularmente no que diz respeito à implementação

de projetos estruturantes para o fortalecimento da presença estatal na região de fronteira e à atuação integrada dos órgãos de segurança pública e das Forças Armadas, bem como de outras agências governamentais (BRASIL, 2020).

1.1 PROBLEMA

A problemática da pesquisa se delimita à investigação, sob a ótica da Função Combate Inteligência³, do papel do Exército como condutor e detentor dos principais meios do SISFRON, questionando-se: qual a importância, para a consecução do sucesso do Sistema e eficácia do combate aos delitos e vigilância nas fronteiras, de se integrar as Inteligências orgânicas dos Órgãos de Segurança Pública e Fiscalização – OSPF junto às OM da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada?

Parte-se do pressuposto que pouco será efetivo um sistema que funcione em suas capacidades telemáticas, informacionais e operacionais, e contribua para um pleno adestramento da tropa, se as inteligências de OSPF não atuarem de forma integrada na utilização de seus bancos de dados, recursos humanos e também em consonância quanto ao planejamento e condução das atividades de atuação e fiscalização.

Acerca da implantação do SISFRON, foi realizada pesquisa documental e bibliográfica com base em Portarias, Diretrizes, Boletins do Exército Brasileiro e trabalhos acadêmicos. Ressalta-se, porém, que devido à natureza sigilosa do assunto, não existem fontes documentais oficiais acerca do trâmite de informações e do andamento dos trabalhos de inteligência do SISFRON. Portanto, para elucidar as possibilidades, limitações, capacidades e operabilidade desse Sistema, foram adotados, como fonte de pesquisa bibliográfica, diretrizes e determinações para implantação, aquisição e validação de partes do Sistema, artigos de pesquisa e trabalhos acadêmicos desenvolvidos por estudiosos na área de segurança, inteligência, defesa e informação.

Dessa maneira, o presente artigo tem por finalidade apresentar, por meio de pesquisa de campo, documental e questionário, a importância e relevância de integração e cooperação entre as Agências de Inteligência OSPF âmbito SISFRON,

³ De acordo com o Manual de Campanha “Inteligência” EB20-MC-10.207 (2015, p. 15), “A função de combate Inteligência compreende o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados empregados para assegurar compreensão sobre o ambiente operacional, as ameaças (atuais e potenciais), os oponentes, o terreno e as considerações civis”.

bem como colher reflexões e sugestões sobre o assunto. Não é pretensão deste trabalho o esgotamento do tema, mas sim de servir como mais uma fonte de consulta, uma vez que o Sistema está em fase de validação e o projeto piloto ainda não foi concluído.

1.2 OBJETIVOS

O trabalho tem por objetivo demonstrar a importância da integração da atividade de inteligência entre os diversos órgãos para as Operações em ambiente SISFRON. Para demonstrar essa importância, foi realizada uma revisão bibliográfica, discorrendo sobre a implantação do Projeto SISFRON e sua relação com a integração da atividade de inteligência.

Estabeleceu-se, portanto, como objetivo geral desta pesquisa, apresentar o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, suas possibilidades, limitações e capacidades sob a ótica do ciclo de inteligência. Para viabilizar a consecução desse objetivo geral, definiram-se como objetivos específicos desta pesquisa:

- Discorrer sobre o Projeto SISFRON, sua implantação, objetivos, e sua relação com a integração da atividade de inteligência;
- discutir a importância da integração, junto às Organizações Militares subordinadas à 4ª Bda C Mec, das Agências de inteligência orgânicas dos OSPF, para cooperação em ações estratégicas de combate aos delitos transnacionais na fronteira oeste;
- verificar, de maneira exploratória, a percepção dos agentes de inteligência sobre a integração das agências de inteligência OSPF junto às Organizações Militares subordinadas à 4ª Bda C Mec em ambiente SISFRON.

1.3 JUSTIFICATIVAS

A presente pesquisa justifica sua importância em virtude da existência de poucas fontes e informações sobre o tema, fundamentais para orientar um estudo e esclarecimento completo, face às diversas fases de implementação do sistema que ocorrem no atual momento.

O SISFRON é uma ferramenta do Estado Brasileiro de relevância nas Operações de Ampla Espectro⁴, em um ambiente cada dia mais informatizado e tecnológico. É um Sistema dotado de materiais de alto custo e produtos de tecnologia. As Operações Interagências fazem parte do combate moderno, porém o compartilhamento de informações e dados de inteligência entre as Agências OSPF e a Força Terrestre ainda pode ser um obstáculo que aos poucos tem sido vencido, principalmente nas operações na faixa de fronteira.

Desse modo, enfatiza-se a necessidade de integração dessas Agências para uma melhor condução das fases da produção do conhecimento de inteligência, de forma a melhor subsidiar a tomada de decisões dos comandantes, evitando, assim, o esforço desnecessário, causado pela falta de coordenação e o insucesso das Operações.

2 METODOLOGIA

A pesquisa teve início por uma revisão teórica do assunto, através de busca a documentos e trabalhos de pesquisa e o estudo foi desenvolvido com base em pesquisa de campo e documental, além de bibliográfica. Compreendeu também um estudo exploratório acerca da implantação do Projeto Piloto do SISFRON no Comando Militar do Oeste (CMO), com foco na 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (4ª Bda Cav Mec), seu Órgão de Inteligência OI, e nas Agências de Inteligência das Organizações Militares subordinadas à 4ª Bda C Mec, para averiguar, na opinião dos agentes de segurança, como se encontra a integração com as Agências dos Órgãos de Segurança Pública locais.

Os dados exploratórios foram coletados por meio de questionário (Apêndice B) respondido por 35 militares, escolhidos aleatoriamente, que servem ou serviram nas Agências de Inteligência da 4ª Bda C Mec e no Órgão de Inteligência da 4ª Bda C Mec.

Em virtude da natureza eminentemente exploratória desta pesquisa, os dados percentuais serão analisados apenas sob o ponto de vista qualitativo, servindo

⁴ Conforme Manual EB20-MC-10.201 – Operações em Ambiente Interagências (BRASIL, 2013, p. 18), são consideradas Operações no Ampla Espectro, “as ações que combinem as atitudes ofensiva, defensiva, de pacificação, e de apoio aos órgãos governamentais e internacionais (em Garantia da Lei e da Ordem e na assistência humanitária, por exemplo), de forma simultânea ou sucessiva. Tal requisito de emprego está presente na quase totalidade das situações, em um ambiente de cooperação interagências, e influi no preparo de todos os escalões da F Ter”.

principalmente para verificar se há, na referida amostra, unanimidade quanto aos pareceres e também identificar pontos de vista concordantes ou contrários quanto à integração percebida pelos respondentes na trajetória de suas experiências enquanto serviam naquela região.

Também foram coletadas informações de artigos e documentos publicados do Exército Brasileiro, relatórios e dados consultados do CMO, artigos científicos e a rede mundial de computadores, com ênfase nas publicações e notícias geradas por fontes oficiais cujos temas se relacionavam ao objeto de estudo da presente pesquisa.

2.1 REVISÃO DA LITERATURA

2.1.1 O Programa de Proteção Integrada de Fronteiras – PPIF e o SISFRON

O Programa de Proteção Integrada de Fronteiras – PPIF, publicado no Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 (BRASIL, 2016), no mandato do presidente Michel Temer, revogou o Plano Estratégico de Fronteiras publicado no Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011, emitido, à época, pela Presidente Dilma Rousseff. Tal Programa visa consolidar a atuação de diferentes órgãos na esfera federal, estadual e municipal de forma conjunta, com a finalidade de se garantir a cobertura integral da área fronteira do país, essencial para coibir a prática de atividades criminosas que perpassam as fronteiras do país e fundamental para manter a soberania nacional.

Segundo o referido decreto, um dos objetivos do programa é integrar e articular ações de segurança pública da União, de inteligência, de controle aduaneiro e das Forças Armadas com as ações dos Estados e Municípios situados na costa marítima e na faixa de fronteira, incluídas suas águas interiores. Neste sentido, o PPIF veio a corroborar com o SISFRON e com a Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012, p. 132-133):

O sistema integrado de Comando e Controle de Defesa deverá ser **capaz de disponibilizar**, em função de seus sensores de monitoramento e controle do espaço terrestre, marítimo e aéreo brasileiro, **dados de interesse** do **Sistema Nacional de Segurança Pública**, em função de suas atribuições constitucionais específicas. **De forma recíproca**, o Sistema Nacional de Segurança Pública **deverá disponibilizar ao sistema de defesa nacional** dados de interesse do controle das fronteiras, exercido também pelas Forças Armadas, em especial no que diz respeito às atividades ligadas aos crimes transnacionais fronteiriços. (BRASIL, 2012, p.132-133, grifos do autor).

Desde sua concepção, o Sistema tem por um de seus objetivos proporcionar melhores condições para a Força Terrestre operar de forma integrada com órgãos civis e militares nos níveis municipal, estadual e federal. O SISFRON tem como foco o apoio às operações interagências, que já são realizadas com certa regularidade na faixa de fronteira, a exemplo da Operação ÁGATA e as demais Operações Interagências.

A Diretriz de implantação do programa estratégico do Exército (BRASIL, 2017, p. 6), traçada pela Portaria 512, de 11 de dezembro de 2017, prevê acerca do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras:

A fim de proporcionar esses benefícios, o Programa atuará no fortalecimento de diversas Capacidades Militares Terrestres (CMT) do Exército, promovendo a evolução da situação atual para o futuro desejado, com soluções integradas, tecnologicamente atualizadas e com materiais e sistemas prioritariamente adquiridos no mercado nacional.

As principais CMT consideradas no SISFRON são: *Apoio a Órgãos Governamentais; Comando e Controle; Interoperabilidade; e Superioridade de Informações.* (BRASIL, 2017, p. 6, grifo do autor)

O Estado-Maior do Exército, através da Portaria nº 322-EME/15, de 8 de dezembro de 2015, estabeleceu a visão do SISFRON em Monitoramento, Apoio à Decisão, Apoio à Atuação, Ambiente Interagência e Integração:

- 1) **Monitoramento:** o sistema dará capacidade para o aumento do monitoramento por parte do Estado em áreas de interesse no território nacional, particularmente ao longo da fronteira terrestre, contribuindo para o esforço governamental de manter o efetivo controle sobre essas áreas, atendendo à diretriz estratégica de Monitoramento/Controle enfatizada nas diretrizes estratégicas constantes na END;
- 2) **Apoio à Decisão:** os meios disponibilizados pelo SISFRON facilitarão o processamento de dados sobre as diversas atividades na fronteira terrestre do Brasil, viabilizando uma consciência situacional para apoiar o decisor nos níveis necessários;
- 3) **Apoio à Atuação:** a estrutura de produção do conhecimento disporá de dados que possibilitarão o apoio de inteligência para a tropa, em operações de guerra, e aos diversos outros atuadores, em situação de não guerra, compondo um ambiente interagências, em ações na faixa de fronteira;
- 4) **Ambiente Interagências:** quanto às ações na faixa de fronteira, os atuadores a serem empregados, apoiados pelos meios disponibilizados pelo SISFRON, serão as agências, com competências específicas e fundamentadas em instrumentos legais e/ou normativos, e as FA. Para isso, ressalta-se a necessidade de condução de operações interagências para potencializar o emprego, proporcionando meios de apoio a esses atuadores em operações planejadas ou em situações excepcionais;
- 5) **Integração:** os responsáveis pelo sistema deverão viabilizar, sempre que possível, a integração do produto do SISFRON com os demais sistemas de monitoramento com previsão de participação das FA, tais

como PROTEGER⁵, SIPAM⁶ e SISDABRA⁷. Isso tem por finalidade maximizar a obtenção de dados sobre o território nacional a serem disponibilizados para as FA. (BRASIL, 2015, p. 32-33)

2.1.2 O Ciclo de Inteligência e a Interoperabilidade em Ambiente SISFRON (Operações Interagências)

A definição de Operações Interagências consta no Manual de Operações Interagências da seguinte forma EB20-MC-10.201 (BRASIL, 2013, p. 14):

Operações Interagências: interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos. (BRASIL, 2013, p. 14, grifo do autor).

Segundo Andrade *et al.* (2019, p. 25, *apud* NEVES, SILVA e MONTEIRO, 2016, p. 97), o SISFRON, como projeto de Estado, possui diversos órgãos envolvidos nos mais diversos níveis⁸ e prevê ainda interoperabilidade com os seguintes sistemas de monitoramento: SisGAAz, Sistema de Proteção da Amazônia/Sistema de Vigilância da Amazônia (SIPAM/SIVAM) e Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SisDABra/Força Aérea Brasileira). Os referidos estudiosos enfatizam que o Exército capitaneia e opera o SISFRON em virtude de não haver no país outra instituição que possa executar um programa dessa envergadura devido à falta de capilaridade e capacidade necessárias para cumprir essa tarefa.

Na área de atuação da 4ª Bda C Mec, as principais Agências de atuação, além das demais Forças Singulares, são, segundo Silva (2015, p. 10): os Órgãos de Segurança Pública e Fiscalização (OSPF), o Ministério Público, os Órgãos do Poder Judiciário, os Órgãos dos Ministérios da Justiça, do Meio Ambiente, do Interior e da Fazenda (Receita Federal), conforme demonstra Figura 2 abaixo:

⁵ O Programa Estratégico do Exército de Proteção da Sociedade

⁶ Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)

⁷ Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA)

⁸ Os principais órgãos públicos envolvidos com o SISFRON são: Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal (DPF), Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal (SRF), Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação (MEC), Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Instituto Nacional de Meteorologia (InMet) e outros órgãos estaduais e municipais.



Figura 2 Principais OSPF na área de Rspnl da 4ª Bda C Mec
Fonte: Imagem de arquivo original, cedida por Silva (2015)

O Manual de Inteligência EB20-MC-10.207 (BRASIL, 2015, p. 4 -1) destaca, no desenvolvimento dos trabalhos desta atividade, as fases do Ciclo de Inteligência (ciclo de produção do conhecimento), que abrangem uma sequência de ações que possibilitam obtenção de dados e transformação das informações obtidas em conhecimento de inteligência, que estarão à disposição dos principais decisores. Conforme Figura 3, são quatro as fases desse Ciclo: orientação, obtenção, produção e difusão. O Ciclo de Inteligência é o motor da Função de Combate Inteligência, envolvendo direta ou indiretamente todos os integrantes da Força.

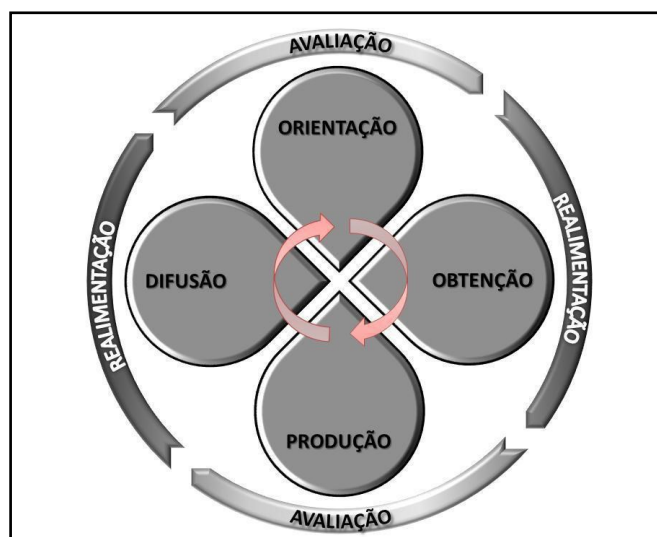


Figura 3 Ciclo de Inteligência militar
Fonte: EB20-MF-10.107 (BRASIL, 2015, p. 4-1)

A participação das Inteligências das Agências OSPF é de grande valia para contribuir e retroalimentar todo o ciclo de inteligência das OM, pois, através de sua participação, podem se beneficiar das informações obtidas por meio dos sensores e relatórios das operações anteriores, diminuindo os custos operacionais das agências que não precisarão investir grandes somas em sistemas de monitoramento, como VANT, observação, radares e outros. Segundo Bufolo (2014, p. 42), o compartilhamento dos dados pode ser feito da seguinte maneira:

Esses dados poderão ser repassados diretamente para as agências para que eles executem seu tratamento, dentro de seus padrões organizacionais, e assim desencadear as operações que julgarem necessárias. Vale salientar que o SISFRON possuirá sistemas que possam se conectar ou “conversar” com as Forças e as agências, de modo que os dados possam ser transmitidos sem nenhuma solução de continuidade. (BUFOLO, 2014, p. 42).

Acerca da integração com o Sistema de Inteligência do Exército, Silva (2015, p. 35), referindo-se ao SISFRON, afirma:

O Sistema, que promete ser uma excelente ferramenta de vigilância, também está vocacionado para apoio ao Sistema de Inteligência do EB e permitirá o fornecimento ordenado de dados e informações também para os sistemas de Comando e Controle do MD, de outras forças ou ainda para órgãos externos. Sua finalidade precípua é a otimização da tomada de decisão e o controle efetivo sobre sua execução. A consciência situacional estabelecida com dados e informações objetivas, precisas e atualizadas é a base para a análise da situação focada e tomada da decisão de forma oportuna e adequada (SILVA, 2015, p. 35).

Andrade et al. (2019, p. 26) ressaltam o potencial do sistema e a importância da interoperabilidade para conquistar sua efetividade, destacando dados concretos de ampliação da eficácia das operações de vigilância e fiscalização, tendo em vista que, no estado de Mato Grosso do Sul, após ter sido instalado o projeto piloto do SISFRON, registrou-se um aumento considerável no número de apreensões de armas, drogas e outros produtos ilícitos e/ou contrabandeados.

Como exemplo, os referidos estudiosos relatam, por exemplo, as apreensões de cocaína. Conforme pode ser observado no gráfico da Figura 4, o aumento das apreensões foi expressivo: mais de três vezes.

Outro dado a corroborar essa efetividade do Sistema, foram também as apreensões de maconha, cujo aumento se deu numa proporção ainda maior. Foram quase cinco vezes maior, após o ano de 2012, quando se iniciaram os trabalhos do Programa, conforme comprovado pelos dados do gráfico apresentado na Figura 5.

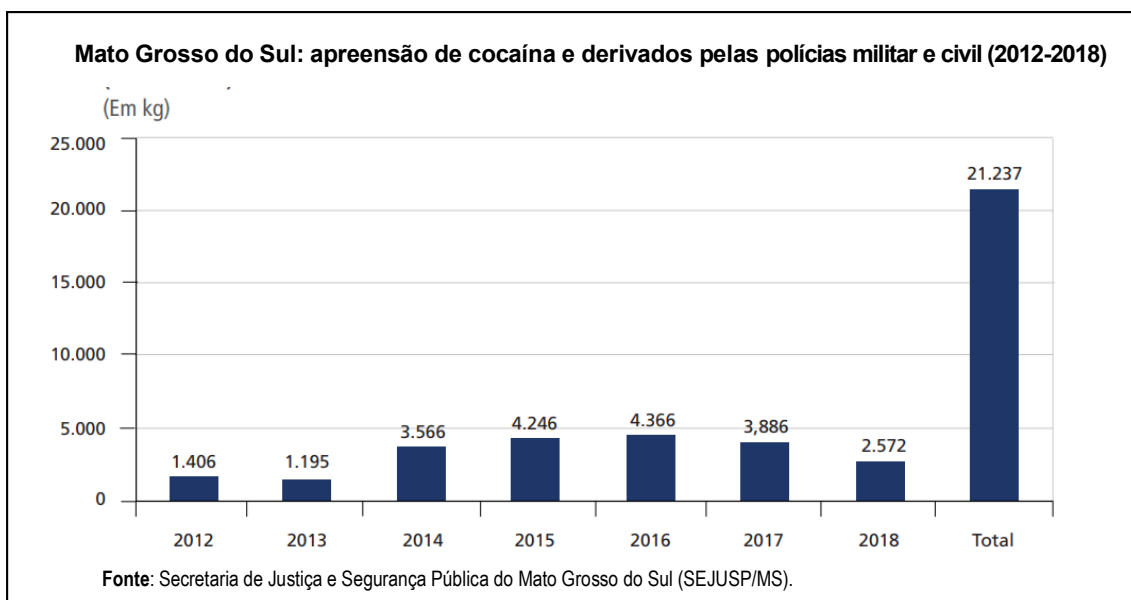


Figura 4 Mato Grosso do Sul: apreensão de cocaína e derivados pelas polícias militar e civil
Fonte: Imagem disponível em Andrade (2019, p. 26)

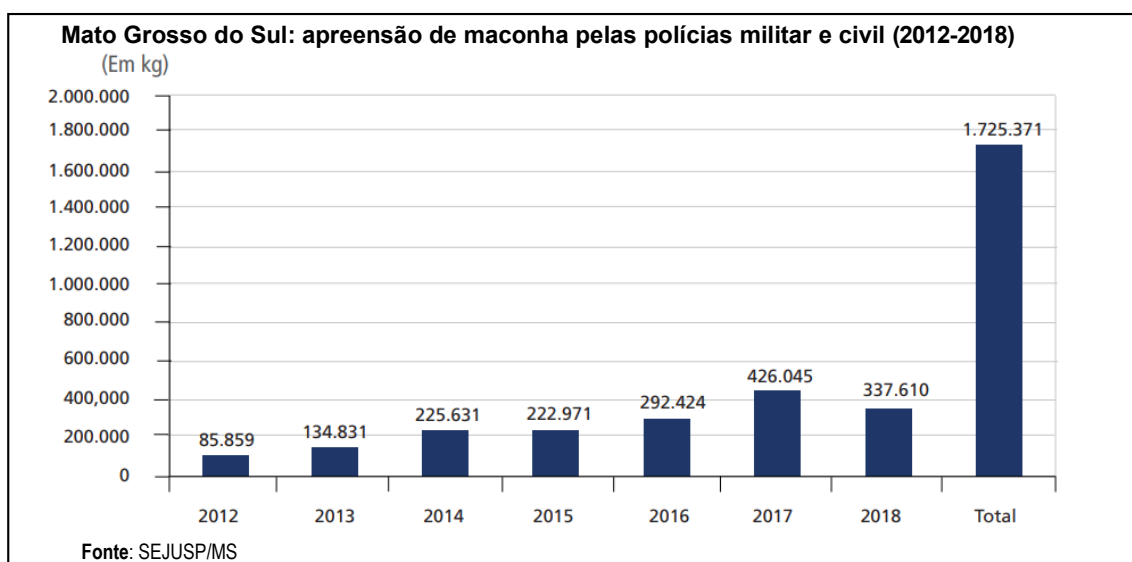


Figura 5 Mato Grosso do Sul: apreensão de maconha pelas polícias militar e civil
Fonte: Imagem disponível em Andrade (2019, p. 27)

Outro exemplo concreto de que esse modelo de integração tem gerado resultados positivos é o trabalho realizado pelo 17º RCMEC, com seu Pelotão destacado em Mundo Novo – MS. Os dados comprovam que o compartilhamento de informações gerou também um aumento do número de apreensões na região. Tais dados foram apresentados durante apresentação do Auditor Fiscal da Receita Federal, Rodrigo de Almeida Lara, em setembro de 2020, no auditório da Escola de

Aperfeiçoamento de Oficiais – EsAO (LARA, 2020). Segue abaixo, na Figura 6, um dos slides daquela apresentação.

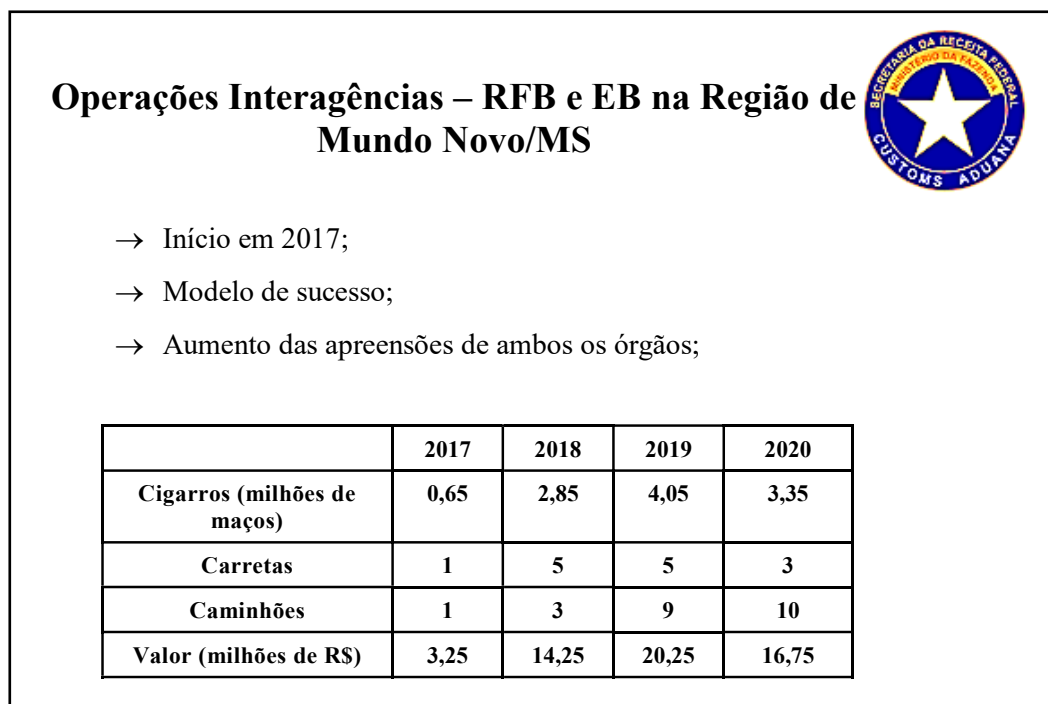


Figura 6 Operações Interagências – RFB e EB na Região de Mundo Novo/MS
Fonte: Imagem disponível em slide (LARA, 2020)

2.1.3 Coleta de Dados

Na sequência do aprofundamento a respeito do assunto, o delineamento da pesquisa, sob o método de análise qualitativa, contemplou a coleta de dados via questionário exploratório, com apenas 35 militares e em um breve período de dois meses, conforme quadro abaixo:

INSTRUMENTO	AMOSTRA	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Questionário	Militares que servem ou serviram nas AI/OM da 4ª Bda C Mec	Maio a Julho de 2020

O questionário objetivou coletar impressões, sob a ótica da inteligência e da produção do conhecimento em ambiente SISFRON, acerca da integração das agências de inteligência das organizações militares subordinadas à 4ª Bda C Mec junto às agências de Inteligência dos órgãos atuadores naquela região.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão dos principais resultados obtidos nesta pesquisa inicia-se com o primeiro dado levantado pelos questionários, relacionado à participação dos agentes de inteligência em cursos e encontros para capacitação profissional. Conforme demonstra gráfico da Figura 7, pode-se observar que 78,3% dos entrevistados, durante o período que serviram em OM da 4ª Bda C Mec, já participaram de algum curso/estágio, simpósio ou encontro na área de Inteligência conduzido por Órgãos de Segurança Pública e Fiscalização (OSPF).

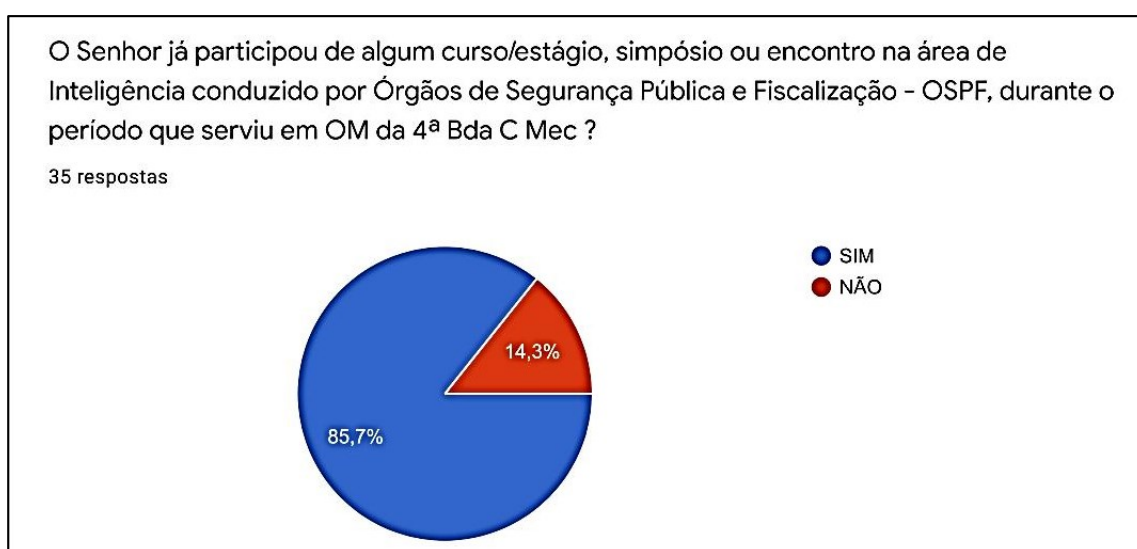


Figura 7 Participação em eventos de inteligência conduzidos por OSPF
Fonte: o autor

Portanto, ainda que no momento do curso ou estágio, não haja o compartilhamento de informações sigilosas entre as Agências de inteligência, já se pode constatar integração no compartilhamento de conhecimentos, ainda que seja no sentido de proporcionar um entendimento mútuo acerca da capacidade de cada órgão.

Outro dado importante coletado foi como os agentes/analistas percebem a integração das Agências de inteligência quanto à produção do conhecimento. Conforme pode ser observado no gráfico da Figura 8, os entrevistados foram unânimes em dizer que existe integração, mas a maioria (62,9%) acredita que seja moderada e apenas 20% que haja muita integração. Quase esse mesmo

quantitativo, ou seja, cerca de 17,1%, se opõem a essa percepção mais assertiva, considerando que ainda há pouca integração.

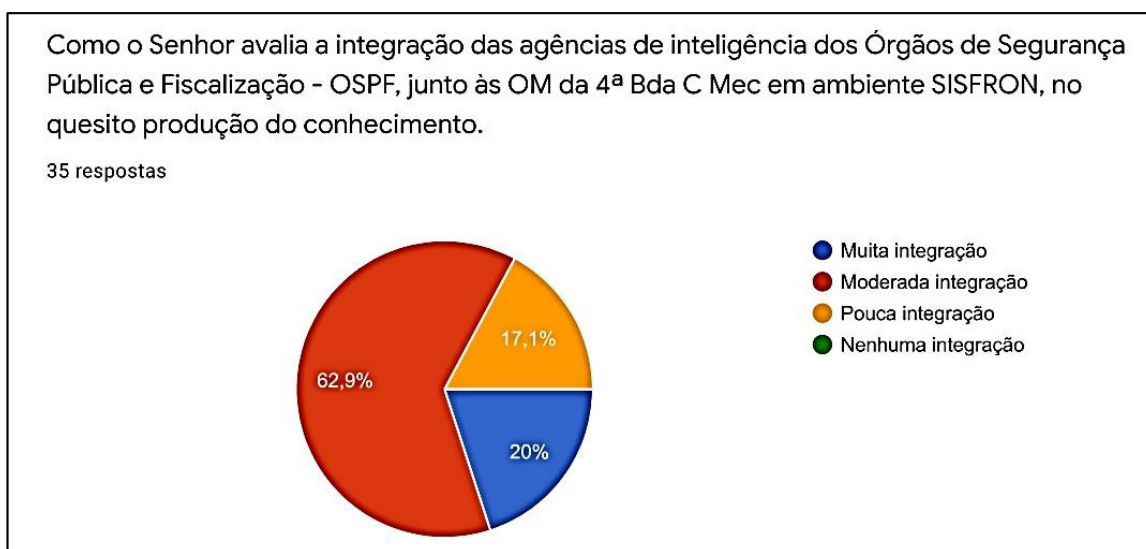


Figura 8 Avaliação da integração na produção do conhecimento

Fonte: o autor

Se for somado o percentual dos que acreditam que a integração é pouca ou moderada, temos um total de 80% afirmando que essa integração precisa melhorar. Pode-se, portanto, concluir que, não obstante seja alto o número de agentes participando de cursos, simpósios e encontros, como visto anteriormente, a maioria apresentou a mesma percepção sobre a integração, acreditando que precisa melhorar, inclusive no quesito de produção de conhecimento.

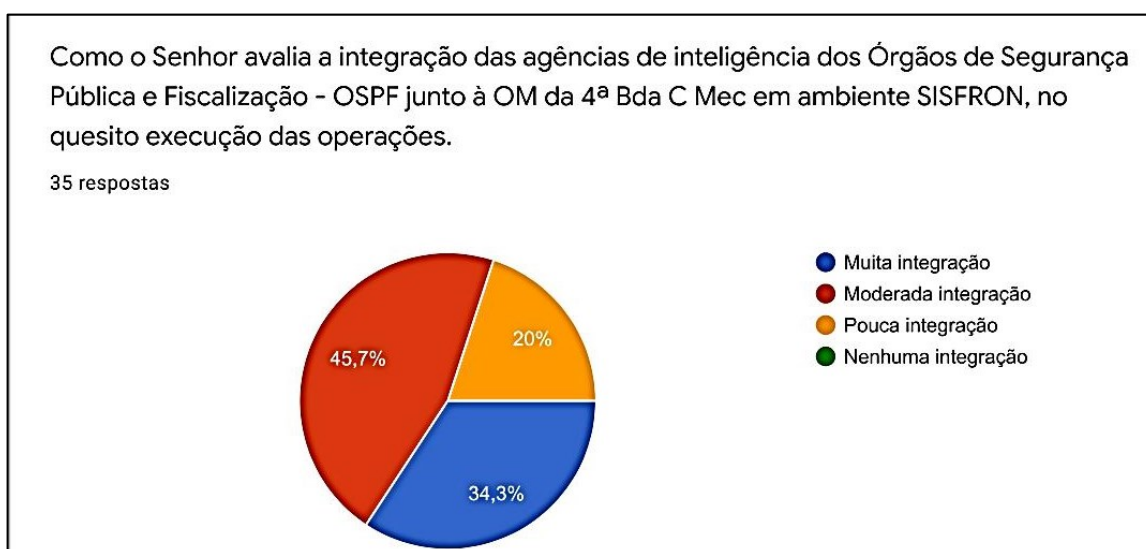


Figura 9 Avaliação da integração na execução das operações

Fonte: o autor

Conforme dados da Figura 9, quanto à integração das Agências de inteligência em relação à execução das operações, os dados corroboram os achados no quesito anterior, sendo os entrevistados também unânimes em afirmar que existe integração. Entretanto, permanece a maioria deles (45,7%) avaliando essa integração como moderada. Se somados a estes os 20% que se mostram descontentes com a integração, definindo-a como pouca, temos 65,7% acreditando que a integração precisa melhorar. Entretanto, se comparado ao item avaliado anteriormente, verifica-se um aumento no percentual dos que avaliam a integração das Agências de Inteligência junto às OM da 4ª Bda C Mec como satisfatória, ou seja, percebem que há muita integração (34,3%) no sentido da execução das operações.

Também, se somado o parecer dos agentes/analistas que julgam ter muita ou moderada integração, temos um resultado de 80% considerando a integração entre boa e regular. Acredita-se que tais percentuais sejam reflexo do aumento das operações interagências na faixa de fronteira nos anos posteriores à implantação do SISFRON, conforme dados já demonstrados anteriormente, contribuindo para a constatação de que o SISFRON tem se comprovado como sistema que favorece esse aumento de eficácia na conquista de resultados nas operações, em virtude de seu papel na construção dessa necessária e estratégica integração. Permanece a percepção, porém, de que essa integração deve-se ampliar, pois um número expressivo acredita não haver ainda muita integração (65,7%).

Outro item investigado foi o parecer dos entrevistados quanto aos fatores que mais contribuem negativamente para a integração das atividades de inteligência. Dentre os fatores elencados no questionário, os mais citados foram dois: ausência de estruturas e processos permanentes e institucionalizados de integração e principalmente ausência de acordos/protocolos de colaboração.

Considerando as diferentes dimensões da integração, especialmente as relacionadas aos processos permanentes institucionalizados e acordos/protocolos de colaboração, destacam-se a importância e o papel do planejamento conjunto, que devem ser buscados, principalmente, no nível tático. O planejamento dos Comandantes de Unidades e Grandes Unidades não devem depender plenamente do planejamento conjunto dos níveis estratégico e operacional, uma vez que informações de grande valia, a exemplo de trilhas de desvio das rodovias principais

e informações acerca de horários e locais suspeitos, estão de posse dos agentes estaduais e fazem parte do cotidiano dos agentes OSPF.

Em que pese a busca do compartilhamento de informações no nível tático, é notório que a atividade de inteligência, devido a sua natureza, é desenvolvida através do ganho da confiança e em tratativas pessoais. Para facilitar o compartilhamento de informações sigilosas entre as instituições, é preciso viabilizar a realização de acordos de cooperação cujas diretrizes orientem essa cooperação e a estendam, tanto no sentido do compartilhamento de informações quanto no de planejamento conjunto.

Quanto à ausência de estruturas para integração, também apontada no questionário, explica-se essa percepção dos entrevistados devido ao fato de que a estrutura lógica do sistema do projeto piloto ainda não foi finalizada e, no atual decurso do processo de implementação do projeto SISFRON, há ainda algumas lacunas a serem preenchidas, como a entrega da INFOVIA e do SAD 2 (Software de Apoio à Decisão). Desse modo, com a utilização desses meios pelos OSPF, deve aumentar a integração durante as operações na Faixa de Fronteira Oeste, sendo então favorecida, com a expectativa desse uso, a participação integrada desses Órgãos no cotidiano do SISFRON.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se, com base em dados e informações levantados por esta pesquisa, que o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é um dos maiores projetos interagências do Estado Brasileiro, tendo sido desenvolvido para coletar, organizar, processar e distribuir as informações atinentes às atividades de monitoramento, assim como aumentar, de forma eficiente, a fiscalização e atuação do Estado em áreas de interesse do Território Nacional, em específico, a faixa de fronteira terrestre.

O estudo realizado contribuiu para aumentar o conhecimento e ampliar a percepção sobre a complexidade do sistema, das opiniões de analistas e agentes quanto à integração do SISFRON com o cotidiano dos órgãos de inteligência OSPF. Possibilitou também compreender o SISFRON como um projeto que permeia todos os níveis, desde o político até o tático, e que os acordos de cooperação e convênios entre as instituições nos mais altos níveis são passos a serem dados para

institucionalizar o compartilhamento de informações e o planejamento conjunto dos órgãos envolvidos, para que tais práticas de compartilhar, e também planejar em conjunto, cheguem até à ponta da linha nas diversas operações de fiscalização.

Concluiu-se, com base nas leituras empreendidas durante a pesquisa documental e bibliográfica, que a integração estabelecida de forma institucionalizada contribui para que a cooperação entre agentes de órgãos distintos ocorra formalmente, diminuindo o peso da integração via relações interpessoais.

Tal conclusão parece encontrar apoio e ser corroborada pela percepção dos agentes entrevistados, que em sua maioria declararam acreditar que o desenvolvimento do processo de integração precisa ser aprimorado/acelerado.

O alto percentual de entrevistados participantes em cursos, simpósios e encontros (78,3%) merece também ser destacado, pois aponta para a integração no compartilhamento de conhecimentos, mesmo que seja no sentido de proporcionar um entendimento mútuo acerca da capacidade de cada órgão. Entretanto essa integração ainda não se dá via acordos/protocolos de cooperação para compartilhamento sistemático de informações sigilosas ou planejamento conjunto das ações, como foi apontado pelos próprios agentes entrevistados e também por estudiosos do assunto, conforme verificado no decorrer da pesquisa bibliográfica. Todas as fontes consultadas, portanto, concluem que a integração precisa melhorar.

Uma sugestão que vislumbra solução prática para mitigar a lacuna de integração existente é a criação de grupos de inteligência que contemplem elementos das agências de inteligência das OM valor Unidade e Grande Unidade e integrantes dos diversos órgãos atuadores na área de responsabilidade dessas Organizações Militares, facilitando o planejamento comum e integração no nível tático, visando um permanente estudo de situação de inteligência e avaliação de cenários, para busca e conquista de objetivos comuns.

Por fim, pode-se dizer que a integração desejada é de extrema importância para o sucesso do Sistema, sendo um dos grandes desafios do SISFRON o fortalecimento e integração das agências de inteligência junto às OM da ponta da linha, que estarão no dia a dia nas ações de fiscalização.

Em termos de perspectiva futura, o Sistema tornar-se-á o campo visível e operacional do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, em condições de se afirmar como um projeto de sucesso ao melhorar os indicadores de violência e de desenvolvimento das regiões de fronteira do país.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Israel de Oliveira; CORTINHAS, Juliano da Silva; SOARES, Matheus Augusto; FRANCO, Luiz Gustavo Aversa. Sistema integrado de monitoramento de fronteiras em perspectiva. IPEA. **Texto para Discussão**, n. 2480, junho de 2019.

BRASIL. Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército. **Objetivos do SISFRON**. Publicado em 06 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.ccomgex.eb.mil.br/index.php/objetivos>. Acesso em: 07 mar. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. 1988.

BRASIL. Decreto nº 8903, de 16 de novembro de 2016. Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 nov. 2016. Edição: 220, Seção: 1, p. 1.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Portaria nº 044-EME, de 17 de abril de 2012**. Cria o Projeto Estratégico SISFRON e constitui a equipe do Projeto. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei Complementar nº 136**, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp136.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 6.634**, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 85.064**, de 26 de agosto de 1980. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85064.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado Maior do Exército. Separata ao Boletim do Exército, BE Nº 51/2017. **Portaria 512, de 11 de dezembro de 2017**. Aprova a Diretriz de Implantação do Programa Estratégico do Exército Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON (EB20-D-08.010).

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Escritório de Projetos do Exército Brasileiro. **Integrando capacidades na vigilância e na atuação em nossas fronteiras**. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB20-MC-10.201 – Operações em Ambiente Interagências** –1ª ed. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Manual de Campanha – Inteligência – EB20-MC-10.207**. 1ª ed. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Manual de Fundamentos – Inteligência Militar Terrestre – EB20-MF-10.107**. 2ª ed. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD32-P-02: Política de Sensoriamento Remoto de Defesa**. 1ª edição, Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md32a_pa_02a_polsenseemotodefesa_a_1aa_ed2006.pdf. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa Nº 899/MD, de 19 de julho de 2005**. Aprova a Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/190/1/port_norm_n0_899_md_2005_pnid.pdf. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria-Geral do Exército. **Portaria 193, de 22 de dezembro de 2010**. Aprova a Diretriz de Implantação do Projeto Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria-Geral do Exército. **Portaria 255, de 31 de outubro de 2014**. Diretriz para Avaliação Operacional da Estrutura Organizacional da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada Dotada dos Meios do SISFRON (EB20-D-10.023).

BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria-Geral do Exército. **Portaria 322, de 8 de dezembro de 2015**. Aprova a Diretriz de Orientação aos Comandos Miliars de Área para o Emprego da Força Terrestre na Faixa de Fronteira (EB20-D-10.022), 2ª Edição, 2015 e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria-Geral do Exército. **Portaria 462, de 21 de novembro de 2017**. Compreensão das Operações (COMOP) Nº 08/2017, do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Brasília, DF, 2017. BUFOLO, Renato. **O SISFRON e o papel do Exército nas operações em ambiente interagências**. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio de Janeiro: ECEME, 2014.

FERREIRA, Spencer Denis. **O emprego dos órgãos de inteligência em operações em ambiente interagências na faixa de fronteira**. Dissertação de Mestrado. 2017. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 2017.

FURCOLIN, Felipe; BARBOSA, Frederico da Silveira Bruno, PEREIRA; Ramos; CORTADA, Antonio Martins. Planejamento baseado em capacidades operacionais: da defesa à segurança pública. **Rev. bras. segur. pública**. São Paulo v. 7, n. 2, 182-199, Ago/Set 2013.

LARA, Rodrigo de Almeida. Atuação da Receita Federal do Brasil na repressão aos crimes transfronteiriços. **Palestra realizada no auditório da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – EsAO**. Slides da Apresentação. Setembro, 2020.

SILVA, Jetson Turquiello Machado; FERNANDES Jr; Ivan Dias. O incremento do ciclo de inteligência com o advento do SISFRON. Arquivo original cedido por Ivan Dias Fernandes Júnior. A Lucerna – publicação da Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx), ano IV, edição 6, julho de 2015, p. 31-42. Disponível em: <https://ptdocz.com/doc/816225/a-lucerna-pronto.indd>. Acesso em 09 mar. 2020.

APÊNDICE A – SOLUÇÃO PRÁTICA



O presente artigo científico concluiu que o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é um dos maiores projetos interagências do Estado Brasileiro, tendo sido desenvolvido para coletar, organizar, processar e distribuir as informações atinentes às atividades de monitoramento e aumentar de forma eficiente a fiscalização e atuação do Estado em áreas de interesse do Território Nacional, em específico a faixa de fronteira terrestre.

Ao analisar o escopo deste trabalho, pode-se buscar mitigar essas deficiências a curto prazo da seguinte forma:

- Criação de Grupos de Inteligência que contemplem integrantes de todas as Agências atuadoras dos Órgãos de Segurança Pública e de Fiscalização de forma semelhante ao que foi proposto por Ferreira (2017), nas áreas de responsabilidade das Organizações Militares de valor Grande Unidade e Unidade, com reuniões periódicas bimensais, ou seja, duas reuniões por mês, para se manterem, Agências e Órgãos, em permanente contato e realizado o estudo de situação de inteligência, avaliando cenários, buscando, assim, garantir economia de meios e soma de esforços em objetivos comuns.
- Os Grupos de Inteligência, nas Organizações Militares de valor Grande Unidade e Unidade, teriam os seguintes propósitos:
 - a. Promover interação dos integrantes da comunidade de inteligência no nível tático valor Unidade e Grande Unidade;
 - b. Instituir um sistema institucionalizado e perene de contato interagências;
 - c. Permitir o planejamento conjunto de inteligência;
 - d. Habituar integrantes de outras agências com o processo de planejamento de inteligência do Exército Brasileiro;

- e. Melhorar os vínculos de confiança entre os profissionais de inteligência das Agências atuadoras e os integrantes do Exército; e
- f. Propiciar o compartilhamento de informações.

Cada Unidade e Grande Unidade deve buscar organizar Grupos de Inteligência com a participação preferencial de profissionais da área inteligência das demais agências. O procedimento deve procurar respeitar as peculiaridades de cada órgão e proceder de acordo com a demanda das Subáreas de Segurança Integrada (SASI) e os Setores de Segurança Integrada (SESI), podendo aproveitar alguma estrutura interagências já instituída, caso exista.

Os E-2 das Grandes Unidades e os S-2 das Unidades devem ser os responsáveis pela coordenação e condução dos trabalhos e ainda devem gerenciar os partícipes das diversas Agências atuantes nos municípios sob responsabilidade da OM. Deve ser envidado o máximo de esforços para que as reuniões sejam de frequência mínima mensal, e que sejam presenciais, tendo em vista promover a interação interpessoal entre os integrantes dos diversos órgãos, buscando estabelecer, dessa maneira, maiores laços de confiança.

O enfoque das reuniões seria o estudo de situação, avaliação da conjuntura e produção do conhecimento. Os E-2 ou S-2 devem expor um estudo preliminar realizado e as possíveis atuações da tropa para determinado período e, após isso, deve ser dada a oportunidade para cada integrante do grupo acrescentar, retificar ou ratificar os dados apresentados, ou ainda, apresentar alguma demanda de acordo com a necessidade e levantamento de cada órgão.

Por fim, conclui-se que, tal solução, por objetivar maior integração e compartilhamento de dados e informações, permitirá ao SISFRON alcançar um maior rendimento de seu potencial, no sentido de prover maior eficácia à Capacidade operacional do Estado Brasileiro de monitorar e fiscalizar as fronteiras do país, cumprindo essa importante e estratégica tarefa em melhores condições.

APÊNDICE B

Pesquisa Artigo Científico EsAO (2020)

Prezado colaborador e especialista, a presente pesquisa tem por objetivo subsidiar a elaboração do Artigo Científico do Cap INF DILON, aluno do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)/2020, com o seguinte tema: FUNÇÃO COMBATE INTELIGÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE INTELIGÊNCIA OSP JUNTO ÀS UNIDADES DA 4ª BDA C MEC EM AMBIENTE SISFRON.

As respostas serão simples, objetivas e os colaboradores não serão identificados.

Desde já, me coloco à disposição em caso de dúvidas através do e-mail: neliodilon@gmail.com e agradeço a participação.

"Antes de tudo, Inteligência!"

1. O Senhor já participou de algum curso/estágio, simpósio ou encontro na área de Inteligência conduzido por Órgãos de Segurança Pública e Fiscalização - OSPF, durante o período que serviu em OM da 4ª Bda C Mec?
 - Sim
 - Não

2. O Senhor já participou de algum curso/estágio, simpósio ou encontro na área de Inteligência conduzido pelo Exército, com participação de Órgãos de Segurança Pública e Fiscalização - OSPF, durante o período que serviu em OM da 4ª Bda C Mec?
 - Sim
 - Não

3. Marque a opção caso tenha participado (ou não) de algum curso/estágio ou simpósio (palestras ou encontros) na área de Inteligência conduzido pelos OSPF ou pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), durante o período que serviu em OM da 4ª Bda C Mec.
 - NÃO PARTICIPEI
 - CURSO/ESTÁGIO (conduzido por OSPF)
 - SIMPÓSIO (PALESTRAS OU ENCONTROS) (conduzido por OSPF)
 - CURSO/ESTÁGIO (conduzido pela ABIN)
 - SIMPÓSIO, PALESTRAS OU ENCONTROS (conduzido pela ABIN)
 - OUTROS

4. Como o Senhor avalia a integração das agências de inteligência dos Órgãos de Segurança Pública e Fiscalização - OSPF, junto às OM da 4ª Bda C Mec em ambiente SISFRON, no quesito produção do conhecimento?
 - Muita integração
 - Moderada integração
 - Pouca integração
 - Nenhuma integração

5. Como o Senhor avalia a integração das agências de inteligência dos Órgãos de Segurança Pública e Fiscalização - OSPF junto à OM da 4ª Bda C Mec em ambiente SISFRON, no quesito execução das operações.

- Muita integração
- Moderada integração
- Pouca integração
- Nenhuma integração

6. Baseado no seu quadro de referência, quais os fatores que mais contribuem negativamente nessa integração (marcar no máximo 3).

- Ausência de estruturas e processos permanentes e institucionalizados de integração
- Ausência de objetivos comuns entre os órgãos
- Ausência de planejamento conjunto dos órgãos
- Vínculos de confiança deficientes entre os órgãos
- Baixo nível de hierarquização entre os órgãos
- Capacitação profissional deficitária dos agentes sobre o assunto
- Deficiência da legislação existente em regular a Atividade de Inteligência
- Diferenças entre culturas organizacionais entre os órgãos
- Diversidade na doutrina de Inteligência entre os órgãos
- Interferência política em algumas agências
- Ausência de acordos/ protocolos de colaboração
- Outros

7. Em sua opinião (caso queira manifestá-la), como o EB poderia melhorar a integração das Agências de Inteligência dos Órgãos de Segurança Pública e Fiscalização - OSPF em ambiente SISFRON?

8. Espaço para considerações / sugestões (caso tenha algo a acrescentar à pesquisa):
